

# **Antropologia do restauro: notas sobre o projeto arquitetônico de um novo Estádio do Pacaembu**

**Luca Otero D'Almeida Fuser<sup>1</sup>**  
Universidade de São Paulo

**Resumo:** Este trabalho pretende analisar a patrimonialização contemporânea em São Paulo ao estudar diretrizes de intervenções num bem tombado a partir de um olhar antropológico, entendendo como objeto de estudo o projeto arquitetônico referência para a concessão no complexo do Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho e em seu Centro Poliesportivo. Para tal, discutiremos a relação das proposições arquitetônicas dentro do campo de saber específico do restauro e as práticas culturais historicizadas que envolvem o local enquanto estádio de futebol, pensando qual a produção de espaço patrimonializado que se desenha num contexto de disputa de um local da cidade.

**Palavras-chave:** patrimônio cultural, antropologia, arquitetura, restauro, futebol.

<sup>1</sup> Mestrando em Arquitetura e Urbanismo (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo), bacharelado em Ciências Sociais (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), ambos pela Universidade de São Paulo (USP). Trabalhou como pesquisador e como coordenador de pesquisa.

## **Anthropology of restoration: notes on the architectural design of a new Pacaembu Stadium**

**Abstract:** This work aims to analyze the contemporary patrimonialization in São Paulo studying, from an anthropological perspective, the intervention guidelines for a listed building, using as a case the architectural project that was chosen to be the reference for the concession of the Municipal Stadium Paulo Machado de Carvalho and its multi-use sports center. For that, we will discuss the relation between the architectural proposals inside the specific field of knowledge of restoration and the historicized cultural practices that surround the place as a football stadium, thinking which production of patrimonialized space is conformed in a context of dispute of a place of the city.

**Keywords:** cultural heritage, anthropology, architecture, restoration theory, football.

## **Antropología de la restauración: notas sobre el diseño arquitectónico de un nuevo estadio Pacaembu**

**Resumen:** Este trabajo tiene por objetivo analizar la patrimonialización contemporánea en São Paulo estudiando, desde una perspectiva antropológica, las directrices de intervención para un edificio clasificado, utilizando como caso el proyecto arquitectónico elegido como referencia para la concesión del Estadio Municipal Paulo Machado de Carvalho y su centro polideportivo. Para eso, discutiremos la relación entre las propuestas arquitectónicas dentro del campo de saber específico de la restauración y las prácticas culturales historicizadas que involucran el sitio como estadio de fútbol, pensando cual producción de espacio patrimonializado se diseña en un contexto de disputa de un sitio de la ciudad.

**Palabras clave:** patrimonio cultural, antropología, arquitectura, teoría de la restauración, fútbol.

## Introdução

**E**m primeiro lugar, acredito ser interessante uma breve conceituação do que se entende enquanto patrimônio. Adoto uma concepção que o encara como uma produção contínua, como a arqueóloga Laurajane Smith (2006: 44), que analisa o patrimônio como processo cultural “que se vincula com atos de memória que procuram produzir formas de compreender e travar relações com o presente” (em tradução livre). O patrimônio, portanto, se torna um fazer, contínuo, ao invés da rigidez da aparência legal de resoluções e conselhos. O olhar que recai sobre ele, portanto, acaba se tornando mais centrado num patrimonializar, definido a partir de como se constitui esse reconhecimento e sua gestão.

A compreensão de algo como patrimônio está longe de ser natural e presente intrinsecamente em práticas ou objetos – é um processo cultural contínuo, trabalhado dentro do contexto ocidental ao ser executada a diferenciação entre diversas esferas com um acréscimo de significados, como trata o arquiteto Flávio Caralade (2015). Trata-se de algo realizado por diversos atores, em que a disputa surge como aspecto essencial – dando-se em torno da significação dos lugares, de seu reconhecimento ou da relevância enquanto parte de uma identidade ou discurso, como sustenta Antônio Arantes (2006).

Assim, produzem-se narrativas, nesse fazer do patrimônio, que acabam por condensar posições políticas ou identidades. No caso brasileiro, podemos ver essa operação, por exemplo, a partir da discussão realizada pela historiadora Márcia Chuva (2009), que aponta a criação de uma imagem de nação por um grupo político, especialmente nos anos 1930, por meio de tombamentos e da criação de mecanismos de difusão e produção de conhecimento, legitimando determinadas interpretações do passado que acabavam por reforçar as ações naquele presente analisado. É no mesmo sentido que as tradições inventadas de Eric Hobsbawn (1984) apontam, com os bens culturais reconhecidos pelo Estado, para uma narrativa que reinterpreta o passado para o futuro.

O foco, neste trabalho, é pensar como se deu a discussão em torno da deliberação da construção de um espaço e de suas possibilidades, pensando as implicações da arquitetura enquanto produção cultural relacionada com as operações de institucionalização da memória (LEITE, 2007; BUCHLI, 2013). Para tal, cotejar narrativas estabelecidas em torno do mesmo objeto facilita a compreensão de sua construção enquanto discurso, como podemos perceber, por exemplo, ao analisar a responsabilidade da criação de uma imagem nacional, assumida como feito heroico do IPHAN<sup>2</sup> (FONSECA, 2005). A análise crítica desse discurso e das práticas nos permite visualizar nuances e tensões – ao exemplo do efetuado no trabalho de Flávia Brito do Nascimento (2016) – fraturando o monumento teórico construído, como também se percebe ao trazer a realização de diversas ações anteriormente nos mesmos espaços por outros atores, como os restauros em Ouro

<sup>2</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Preto conduzidos pelo Instituto Histórico Nacional (MAGALHÃES, 2017) ou na transformação da posição de personagens relevantes e dos conceitos utilizados, como a disputa de projetos de presente e futuro para a modernidade entre o movimento moderno e o dito neocolonial (PINHEIRO, 2011).

## O Pacaembu como futebol

O estádio do Pacaembu, cujo projeto e construção são de autoria do Escritório Técnico Ramos de Azevedo, Severo & Villares (WENZEL apud LUPPO, 2017: 112), foi inaugurado no dia 27 de abril de 1940 por Getúlio Vargas. Sua criação faz parte da mobilização do esporte como um símbolo nacional por meio de investimentos do Estado (BOCCHI, 2016: 24) e que pode ser considerada como um marco na transição entre gerações distintas de estádios no Brasil. A capacidade projetada para até 70 mil pessoas explicita o crescimento da popularização desse esporte no país: em um primeiro momento, os estádios, ditos “improvisados”, tinham uma capacidade por volta de 3 mil pessoas, ao exemplo do Velódromo Paulista entre 1902 e 1919. Dentro de um contexto mais amplo, vemos o futebol tendo seu início em São Paulo, com a prática ainda sendo restrita às elites durante a segunda metade do século XIX (ATIQUE, SOUSA e GESSI, 2015: 92-94).

Após o Torneio Sul-Americano de Seleções, disputado nesse ano no Brasil, e da crescente popularização da prática entre os operários (idem: 95-97), é possível delimitar um novo momento da construção dos estádios no Brasil, com construções se utilizando de estruturas de concreto armado, comportando cerca de 40 mil espectadores (BOCCHI, 2016: 24).

O Estádio do Pacaembu surge nesse contexto histórico da prática do futebol, mas também como produto de uma dinâmica de expansão urbana da Companhia City que, na década de 1920, realizava obras na região: “percebendo a crescente mobilização esportiva, com destaque para o futebol, a Cia City doou ao governo paulista uma área de 50 mil metros quadrados no bairro do Pacaembu para a construção de um estádio” (ATIQUE, SOUSA e GESSI, 2015: 100). Inicialmente, a obra não é encaminhada pela Prefeitura, sendo somente em 1936 que se inicia a construção. O projeto existente, porém, era distinto do que foi efetivamente construído:

O primeiro plano feito na gestão Fábio da Silva Prado, em 1936, previa a existência de duas arquibancadas laterais e portões monumentais à frente, como um gigantesco muro ornamental. Esse plano foi substituído com a chegada de Prestes Maia ao poder em 1938, que trouxe consigo um novo conceito arquitetônico, buscando, assim, trazer um caráter monumental à obra, utilizando como principais elementos o concreto armado. (FERREIRA apud ATIQUE, SOUSA e GESSI, 2015: 101)

A atuação de Francisco Prestes Maia é central tanto para a definição final de projeto a ser construído quanto em relação a sua realização, tendo logrado renegociar contratos e amenizar os conflitos que entravavam a construção do complexo. Finalmente, se constrói

uma área de 14.476 metros quadrados, tendo, ao centro, um campo de futebol com dimensões de 106 x 69 metros, circundado por uma pista de atletismo de 400 metros de comprimento. No contorno da arena central foram construídos o ginásio, a piscina e as quadras de tênis. O ginásio abrigava uma área de 60 x 42 metros, com capacidade para 3.500 espectadores, sendo um espaço destinado às competições de ginástica, hóquei, basquete, vôlei, patinação, boxe e futsal, além de poder receber festas. A piscina foi projetada no formato retangular com a medida de 50 x 25 metros e profundidade de 1,5 x 5 metros, onde se localizava a plataforma de salto ornamental. Sua arquibancada também tinha um formato de ferradura e abrigava até 4.500 espectadores. Foram construídas duas quadras de tênis, uma fechada e outra ao ar livre. A quadra fechada

tinha como medidas 42,70 x 42,87 metros e capacidade para 1.500 pessoas, já a quadra ao ar livre também comportava 1.500 pessoas e possuía camarotes, bar e vestiários. (ATIQUÊ, SOUSA e GESSI, 2015: 102)

O estádio podia abrigar até 80 mil pessoas e foi visto como o mais moderno do continente pela Folha da Manhã do dia seguinte à sua inauguração. A inovação técnica se liga a uma ampliação de público e também por uma monumentalidade que garante que sejam marcantes, como se vê no discurso de Prestes Maia na inauguração do estádio:

As linhas sóbrias e belas de sua imponente massa de ferro e cimento não valem, apenas, como expressão arquitetônica, valem como uma afirmação de nossa capacidade de esforço criador do novo regime na execução de seu programa de realizações. Este monumental campo de esportes é, além e, sobretudo, uma obra de são patriotismo, por sua finalidade de cultura física e educação cívica. (O Estado de S. Paulo, 28 abr. 1940, p. 8 apud ATIQUÊ, SOUSA e GESSI, 2015: 105)

Em 1970, há a maior mudança no complexo do estádio: a concha acústica é demolida para dar lugar ao tobogã, que acrescentou mais 10 mil lugares ao estádio (BATISTA, 2015). Essa decisão pode se perceber como inserida num movimento ocorrido nas décadas de 1960 e 70 de investimento por parte dos militares na construção de arenas monumentais ao redor do país. Este passa a ser “questionado ao longo das décadas de 1980 e 90, em que incidentes ocorridos no interior destas praças esportivas foram relacionados às estruturas dos estádios e à disposição dos torcedores dentro dos mesmos” (BOCCHI, 2016: 25), em um paralelo com as discussões sobre *hooligans* e episódios de violência ou falhas nas estruturas dos estádios, causando diversas mortes e incentivando a implantação de diversas restrições.

No começo dos anos 2000, especialmente em 2003, há um movimento que estabelece um novo padrão de torcedor e de estádio, com a figura ideal do “torcedor-consumidor” e as mudanças necessárias para abrigar a Copa do Mundo de 2014 (idem: 27). São apontadas como principais mudanças nos estádios a “redução da capacidade de público, aproximação do público ao campo de jogo (e não existência de alambrados ou fosso separando ambos) e considerável espaço dedicado para lojas e restaurantes nas áreas acessadas pelos torcedores” (DAMO, OLIVEN apud BOCCHI, 2016: 29), que veremos seu desenrolar ao analisar a única proposta de intervenção pré-aprovada pelos órgãos de preservação, que serviu como diretriz para o edital de concessão.

Após a construção do estádio do Itaquerao e a consequente saída do Corinthians como mandante regular do Pacaembu, em 2014, podemos perceber que se intensificam as propostas de privatização ou de concessão do estádio. Uma primeira tentativa foi formulada na gestão de Fernando Haddad, que não se desenvolveu pela inadequação dos projetos apresentados em preservar o conjunto tombado, algo que podemos relacionar com um conflito das propostas de uso enquanto equipamento público e a necessidade de rentabilidade como bem privado (OKSMAN, 2017).

É nesse contexto que se insere a atual tentativa de concessão do complexo esportivo do Pacaembu, impulsionada inicialmente por João Dória em sua passagem como prefeito da capital. Em uma chamada de estudos preliminares, foram apresentados cinco estudos, dos quais apenas um teve suas indicações aproveitadas no edital final (CARA, 2017; LEITE, 2018), após a apreciação dos conselhos estadual e municipal de patrimônio. Sobre ele que será focada a análise posterior, procurando relacioná-la com a discussão teórica de intervenções em bens

culturais que orienta essa produção de saber, pela legitimação da autoridade técnica (SMITH, 2006).

## O Pacaembu como patrimônio cultural

Trataremos agora da discussão em torno da valoração distinta que o projeto dispõe sobre as diferentes partes do estádio. As resoluções de tombamento que reconheceram o Estádio como bem cultural, por parte dos órgãos de preservação, são de 1988, pelo CONPRESP<sup>3</sup>, e de 1998, pelo CONDEPHAAT<sup>4</sup>.

Cabe entender, de forma brevíssima, o momento em que essas medidas se inserem em relação à atuação dos órgãos. Surgem após um contexto de crítica ao processo de construção de patrimônio e identidade nacional dentro de um paradigma neocolonial, marcante principalmente a partir dos anos 1970 e 1980 (NASCIMENTO, 2016). Nessas décadas, em conjunto com um movimento mais amplo em toda a sociedade de redemocratização, se fortalecem vozes que denunciavam a manutenção de um ideário elitista e excludente dentro do campo do patrimônio cultural.

Não por acaso, como expoente central nesse processo, se propõe uma reformulação do que deve ser considerado um bem cultural. Se altera de forma essencial a patrimonialização: o que deveria ser considerado como critério na valoração dos bens seria a representatividade de todos os grupos constituintes da sociedade brasileira, como o geógrafo Ulpiano Meneses (2017) aponta. Essa mudança se contrapunha ao paradigma anterior, o Decreto-lei 25/37, focado nos aspectos arquitetônicos do bem, como Meneses discorre.

Embora seja visto como um período com criação de novas instâncias, uma maior aceitação de estilos arquitetônicos e identidades, isso não aconteceu sem tensão – como vemos ao relembrar relatos de Gilberto Velho (2006). A atuação do IPHAN – e, segundo Lia Motta (2000), também de outros órgãos de patrimônio – ainda segue pautada de acordo com os parâmetros do Decreto-lei 25/37 (MENESES, 2017; MARINS, 2016).

Já nos anos 2000, é possível ver ainda mais o fortalecimento de uma nova abordagem da patrimonialização brasileira, principalmente com a formulação de outra ferramenta para enquadrar bens culturais – o registro. Esse instrumento permite, teórica e legalmente, a salvaguarda de práticas culturais, saindo de um olhar quase que estritamente arquitetônico (FONSECA, 2017). Ressaltamos que o registro tem sido especialmente operado pelo IPHAN e relativo a práticas culturais distantes temporalmente do presente e em contextos rurais (MARINS, 2016: 14).

A literatura existente ressalta que toda essa ampliação do conceito de patrimônio não é um processo de aceitação simples, nem que a chamada lógica de “pedra e cal” deixa de existir (idem, 2016). A importância dessa mudança conceitual, porém, é inegável, ao se apresentar como um novo caminho para os órgãos de preservação. Pontua também que se replicou a criação da figura do registro em outras instâncias, como no CONPRESP<sup>5</sup>, apesar disso não ter sido acompanhado do mesmo fôlego em sua aplicação no IPHAN, como se vê na falta de estrutura organizacional semelhante, no menor número de casos salvaguardados e debates em torno do tema – o paradigma dessa atuação é o federal. Nessa expansão, também cabe pontuar a reconfiguração do campo profissional envolvido, em

<sup>3</sup> Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo.

<sup>4</sup> Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

<sup>5</sup> Previsto na Lei Municipal n. 14.406/2007, regulamentada pela resolução 07/Compresp de 2016.

que a antropologia surge como detentor de um saber específico, assumindo espaços dentro do Estado e se confrontando com questões relativas a essa nova atuação (TAMASO, 2018).

Nas resoluções de tombamento relativas ao Estádio, podemos perceber alguma valorização fora do puramente estético/arquitetônico, como nas considerações do CONDEPHAAT:

Considerando a importância do Conjunto Esportivo do Pacaembu para a história do esporte paulista, cujas origens remontam a iniciativa de educação pelo esporte de jovens paulistanos, a realização de campeonatos e competições esportivas de caráter nacional e a solenidades cívicas;  
Considerando a qualidade de sua arquitetura e de sua implantação que soube inserir projeto de grandes dimensões na paisagem, respeitando-a e ao mesmo tempo valorizando urbanisticamente o bairro do Pacaembu (...). (SÃO PAULO, 1998)

E também, mais timidamente, nas razões do CONPRESP, que o considera “marco cultural na história desportiva e amostragem do estilo arquitetônico da Cidade de São Paulo”. Ainda, percebemos a leitura ligada a uma visão de patrimônio urbano presente na atuação do conselho municipal paulistano, que é possível de ser relacionada com a discussão em torno do “patrimônio ambiental urbano”, em que há a tentativa de

romper com a percepção, então quase exclusiva, das unidades ou conjuntos edificados, referências da história e da arquitetura, como vias de conhecimento do passado. Buscavam-se novos parâmetros de atribuição de valores culturais – não exclusivamente históricos ou arquitetônicos –, a partir da historicidade dos espaços, daquilo que nele ficara marcado cumulativamente no decorrer do tempo e que representa a constante transformação da sociedade. Dessa forma o patrimônio seria um veículo de aproximação entre o presente e o passado da sociedade. (TOURINHO, RODRIGUES, 2016: 76)

Podemos perceber que não há nesse momento, nas resoluções dos órgãos de preservação, uma diferenciação na atribuição de valor entre cada parte do estádio, pensando-o como um conjunto, com uma operação de valoração que o transforma em patrimônio cultural integralmente. Ainda, essa operação também se daria pela sua relevância dentro do universo das práticas esportivas, especialmente do futebol.

Em 2017, porém, com a previsão da concessão, há uma mudança no tratamento dispensado pelos órgãos para o conjunto do estádio: o tobogã é deixado explicitamente de lado, inferiorizado à “integração interna” visual e física do conjunto. Assim, se permite sua demolição total ou parcial, ao mesmo tempo que se define a valorização dos elementos arquitetônicos e a integridade do “estádio” (SÃO PAULO, [2017])<sup>6</sup> – que, tendo sido tombado em seu conjunto, sem nenhuma restrição ao tobogã construído décadas antes, agora tem construída uma invisível barreira entre os diversos setores da torcida.

## O Pacaembu como restauro

A proposta em questão é a elaborada por um consórcio das empresas Arena Assessoria de Projetos, BF Capital, Arap, Nishi & Ueda Advogados, Jones Lang LaSalle e Raí + Velasco (CARA, 2017).

<sup>6</sup> Numerado como Ofício 0063-R/2016 do- CONPRESP., está datado e se refere a tema tratado em 2017, sendo utilizada essa última data.

TABELA DE DIRETRIZES DE PRESERVAÇÃO E ATENDIMENTO DO PROJETO			
	ÍTENS	DIRETRIZES	CARACTERÍSTICAS DO PROJETO/ATENDIMENTO
1	Integridade estrutural	Preservação dos edifícios tombados	Proposta de preservação, manutenção e restauro
2	Articulação do conjunto	Consideração dos edifícios como um único conjunto. Não segregar os equipamentos	A retirada do Tobogã e a criação da esplanada com vão livre além do Parque Suspenso promovem essa integração dos equipamentos.
3	Integração interna	Integrar estádio e complexo esportivo, física e visualmente	A retirada do tobogã e a criação da esplanada com vão livre além da pista de caminhada promove essa integração
4	Ambiência	Preservação das perspectivas e relações visuais do interior do estádio	Proposta de preservação e valorização das visuais do estádio, sem aumento de gabarito e sem demolições
5	Valorização	Destacar os elementos arquitetônicos do Conjunto	Nova Pintura na cor original, uniformização das cores dos assentos para valorização do conjunto
6	Percepção externa	Valorização da monumentalidade externa do conjunto, inserção na paisagem, respeito ao entorno	Inserção preservada na topografia, não interferência nas ruas e calçadas
7	Entorno	Remoção de barreiras visuais e de transposição, maior conexão com o meio urbano	O parque de ligação suspenso traz uma maior conexão ao bairro e maior fruição ao pedestre
8	Tobogã	Admitida sua demolição parcial ou integral, qualificando a conexão entre estádio e complexo esportivo	Demolição integral, respeitando o traçado do córrego existente sob o estádio, sem afetar a estrutura das áreas tombadas e preservadas
9	Cobertura	Admissível sua proposição, desde que respeitada sua permeabilidade visual de dentro do estádio para fora e de fora para dentro e mantida a leitura de forma de ferradura do estádio	Preservação da cobertura existente. Não há novas coberturas propostas
10	Praça Charles Miller	Não serão admitidas intervenções na Praça	A Praça não faz parte das intervenções do Projeto
11	Conjunto Esportivo	Considerar integração com o estádio, recuperando a fruição. Contemplar restauro, modernização e conservação do Conjunto Esportivo	Proposta de preservação, manutenção e restauro. Fruição criada pela proposição da marquise e da esplanada sob o edifício principal, integrando Clube e Estádio. Novas visuais no nível do pedestre realizam essa integração e releitura do projeto original
12	Estádio	Não serão admitidas demolições, mesmo que parciais, de áreas de arquibancada e de construção de novos lances de arquibancadas ou pavimentos	Proposta de preservação das arquibancadas, sem novas construções e sem demolições
13	Engenharia	Novas estruturas devem ser independentes das existentes e assegurar a integridade da estrutura monumental	As estruturas do novo edifício são totalmente independentes das existentes e sua integridade é preservada
14	Integração com as ruas e estádio com conjunto esportivo	Admissível a criação de estruturas que integrem fisicamente ruas laterais do estádio e estádio com conjunto esportivo. Não serão permitidas aberturas nos muros do estádio para as Ruas	A cobertura do edifício principal se transforma em um Parque Suspenso que permite a integração Leste Oeste e das Ruas até o nível da esplanada, campo de jogo e clube esportivo, com acesso direto por escadas e elevadores. Muros preservados, sem a criação de novas aberturas
15	Acessibilidade	Deve ser prevista em todo o Complexo	Prevista em todas as áreas públicas do Complexo, desde que respeitadas as diretrizes de Preservação

Quadro 1: Transcrição das diretrizes de projeto referência para a concessão (SÃO PAULO, 2018).



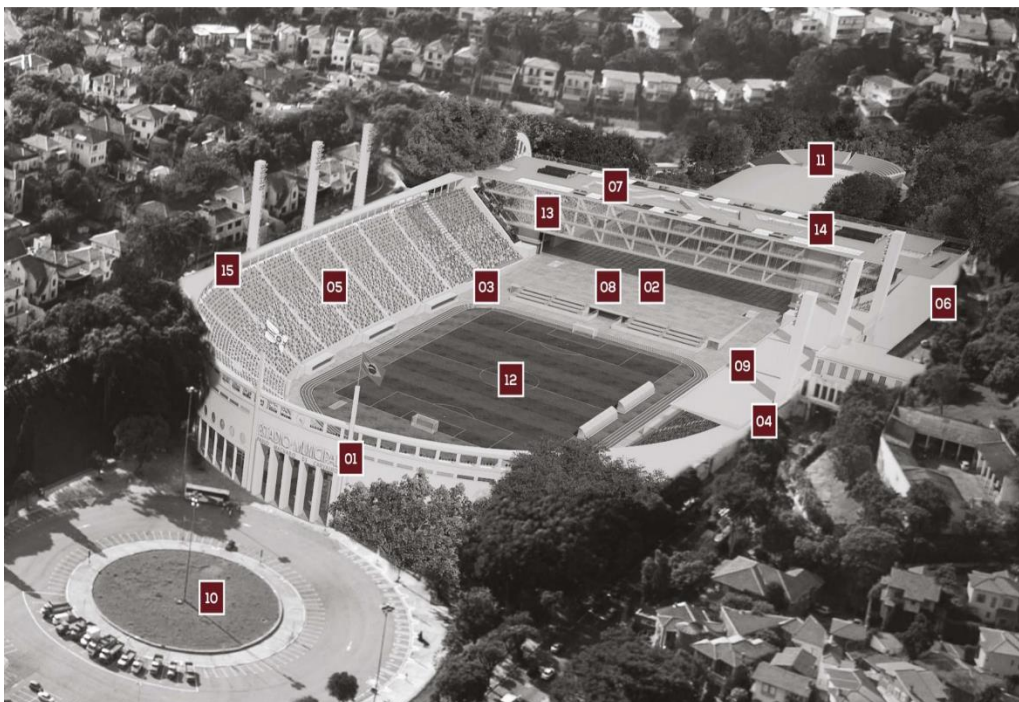


Figura 1: recorte da visão geral do projeto, com numeração que detalha as intervenções propostas (SÃO PAULO, 2018)

Analisando os pontos levantados no projeto, podemos ver que há uma diferenciação de tratamento entre diferentes partes do estádio: as arquibancadas são “preservadas”, como se vê nos pontos 1 e 12, enquanto o tobogã é “retirado” ou “demolido”. Também chama a atenção a utilização de termos como “restauração” ou “preservação” sem conceituação nenhuma. Iremos discutir, principalmente, essas duas questões.

A utilização dos vagos termos de “preservação, manutenção e restauro” nos pontos 1 e 12 do projeto, por exemplo, indicam que há partes do conjunto que são enxergadas como dignas desse cuidado especial, algo que se percebe ao ver a manutenção das arquibancadas em ferradura. A percepção visual, do entorno e a monumentalidade, expostas nos pontos 4 e 6, também são mantidas.



Figura 2: “Preservação, recuperação e valorização” que dirigem a proposta de intervenção no “patrimônio histórico” da concessão do Estádio (SÃO PAULO, 2018).

Ao comparar o atualmente existente com a proposta, é possível perceber algumas modificações.



Figura 3: Foto do estádio (LOPES, 2016)

Percebe-se que o tobogã está fora do enquadramento do que tem valor para ser mantido, ao ser completamente obliterado para que em seu lugar seja realizada a maior modificação do projeto, garantindo assim uma “articulação do conjunto”, “integração interna” e “maior conexão com o bairro”. Sua demolição, inclusive, não alteraria a ambiência da proposta arquitetônica para os escritórios responsáveis; no qual seguem as diretrizes expostas pelos órgãos responsáveis pelo patrimônio, aprofundando ainda mais a diferenciação do tobogã como parte construída daquele local. Como não se explica a escolha por demolir o tobogã – apesar de ser permitida, não era, de forma alguma, obrigatória – acredito que cabem algumas indagações sobre as razões que podem ter legitimado essa escolha projetual, pensando sua inserção dentro do contexto do campo do saber arquitetônico.

Como ponto de partida, é necessário compreender qual reconhecimento que os realizadores do projeto operam sobre o estádio. O apontamento em relação a intervenções em obras de arte é providencial nesse momento: na construção do campo do saber do restauro, se pontua que o reconhecimento da obra como tal é condição para a atuação em relação à mesma (BRANDI, 2004). Se não, apenas são mudanças sem pensar no valor envolvido além da materialidade que dá suporte à obra.

Retomaremos a discussão sobre quais valores que são mobilizados no momento da intervenção numa obra por esse saber legitimado. Giovanni Carbonara (2006) resume parte das tensões clássicas do como restaurar em torno dos aspectos de “historicidade” e “artisticidade” da obra, apresentando como possibilidade legítima a permanência da materialidade de mudanças efetuadas ao longo do tempo.

A tensão entre “história” e “estética”, no restauro, faz-se presente também na criação do conceito moderno de monumento, lembrando de sua importância para a sociedade ao marcar o que deveria ser lembrado (CHOAY, 2011). O monumento seria, portanto, inicialmente carregado de intencionalidade em sua criação. Haveria uma distinção entre o “monumento” e o “monumento histórico”, como defende Alois Riegl, outro autor considerado peça essencial na formulação do

campo (KÜHL, 2006). Este último se caracterizaria por não ser uma criação intencional e sim escolhido por seu “valor histórico”, em suas diversas facetas, e/ou “estético”, requerendo um saber no reconhecimento de qualquer um dos dois aspectos – seja a “intelectualidade” ou uma “sensibilidade estética”. Para Riegl, essas duas facetas requerem ações conflitantes entre si, e que também acabam ao entrar em ainda mais disputas, já que alguns monumentos históricos também eram locais que mantinham seu “uso cotidiano”.

Choay (2011), ao recapitular o contexto em que se definiu o conceito de monumento histórico, marcando-o como parte da Europa ocidental, o aponta como produto, principalmente, do surgimento de uma nova consciência do humano sobre si mesmo e suas criações, como discute em diálogo com Eugenio Garin. Assim, se constroem novas posições para a “atividade estética” e para o “fazer histórico”. Em um primeiro momento, o interesse principal é pelos “aspectos históricos”, suscitado pela diversidade e disponibilidade desses vestígios, ao mesmo tempo que esse passado é desprezado pela vontade de mudança de pontífices e realezas.

Já num segundo momento de conceituação dos monumentos históricos, o da Revolução Industrial, Choay (2011) vê uma mudança em favor de um racionalismo que leva ao estabelecimento de salvaguarda institucionalizada. Pensando a dualidade história/estética, a autora aponta que há uma grande valorização da “história”, ligada ao estabelecimento de nacionalismos; mas, de forma ainda mais marcada, de uma pujança da “estética”, impulsionada pelo romantismo.

Sobre o fazer da restauração de forma mais geral, Choay (2011) aponta que as primeiras correntes do campo, vistas como antagonistas, teriam como proximidade se basear num passado comum e sua valorização, divergindo a partir daí. Podemos perceber que essa construção de regimes de historicidades se faz visível no projeto de concessão do estádio do Pacaembu, em que se percebe o passado ou aspecto histórico como valor no momento de fazer escolhas. Porém, apenas dentro dos aspectos estéticos/arquitetônicos, desconsiderando outras práticas sociais construídas, como os usos esportivos presentes no local.

As diretrizes propostas pelo CONPRESP já apresentam um viés de valorização do passado e as escolhas dos escritórios – também corroboradas e autorizadas por esse e pelo CONDEPHAAT – de possibilidades de intervenções na materialidade aprofundam ainda mais essa questão, a ponto da intervenção no tobogã nem entrar na chave do que poderia ser restaurado.

O projeto arquitetônico reconstrói, de certa forma, um antigo uso daquele espaço e o faz sem a discussão sobre o que seria mais relevante para o conjunto do estádio como um todo, pensando as práticas sociais que o atravessam e significam no presente. Assim, assemelha-se a outros fenômenos atuais de descontextualização arquitetônica, como as reconstruções de pavilhões de exposições de arquitetura, em que o uso percebido reside na prática formal para estudo estético apenas, por vezes dissociada do local em que foi inserida, contribuindo para uma fetichização da historiografia, já que se apagam os contextos sociais das produções, tanto anteriores como atuais (HERNÁNDEZ MARTÍNEZ, 2015).

Inclusive, vale ressaltar o uso do termo “retirada” do tobogã. As poucas palavras que justificam as escolhas de projeto indicam para uma visão que essa estrutura ocupa um lugar de intrusa, de elemento indesejado e estranho ao estádio, e que pode ser desconsiderada e subtraída sem prejuízo. Não as consideram como em outros momentos da discussão sobre repriminção, ao exemplo de tratá-la de forma diferenciada por constituir a passagem do tempo, como inclusive poderia ser possível dentro da construção do campo de saber do restauro.

Dessa forma, o projeto de intervenção no Pacaembu acaba por perpetuar um apagamento de parte desse passado ao se priorizarem aspectos arquitetônicos, indo de encontro com a noção de monumento histórico debatida por autores dentro desse campo de conhecimento, ou de patrimônio cultural como prática cultural, por exemplo.

## Conclusão

O que se desconsidera por parte do projeto e das diretrizes dos órgãos, porém, é uma das razões da relevância atual do estádio do Pacaembu. O tobogã, como se viu anteriormente, serviu para a ampliação da capacidade de público, permitindo a continuidade de seu uso em um contexto de aumento da prática do futebol desde sua inauguração em 1940, assim como sua relevância. Nos últimos anos, num contexto de afastamento do público que já tratamos anteriormente, o estádio mantém-se em uso, tendo sido palco de duas decisões continentais, além de públicos expressivos, como se percebe no caso do Santos Futebol Clube, em que chega a dobrar o público habitual da equipe, além de servir constantemente para jogos dos outros times da cidade (A TRIBUNA, 2018; GLOBO ESPORTE, 2017).

A demolição do tobogã e a conseqüente diminuição de quase 38 mil lugares para 27 mil acaba por negar esse uso, atual, mas que também faz parte de uma história do futebol no país. Se nega, então, uma leitura do tobogã como uma manifestação material dessa expansão massiva do futebol no país, ligada a uma construção de identidade nacional – processo histórico relacionado à criação das arquibancadas em ferradura e à fachada, que são os elementos arquitetônicos reconhecidos como portadores de valor pelas diretrizes de intervenção de restauro e pela chave de leitura no projeto.

Pensando no campo mais amplo do patrimônio cultural, também podemos perceber que a primazia do aspecto arquitetônico nessa decisão acaba por travar uma compreensão mais complexa do bem: existe, desde as primeiras movimentações para seu reconhecimento como bem cultural e salvaguarda, uma participação da comunidade local em abaixo-assinados e ações judiciais, por exemplo. A monumentalidade do Pacaembu acaba valorizada de forma dissociada do futebol, que o produziu e o inseriu em grande parte da vida cotidiana da cidade e do bairro. A passagem de Nicolau Sevcenko (1992: 59-60) vale ser lembrada:

Uma avaliação do significado profundo da febre futebolística não pode, entretanto, se circunscrever ao âmbito do cobijado estádio ou da curta duração das partidas. O fenômeno esportivo em geral, futebolístico em particular, é uma manifestação plenamente urbana, que palpita de um modo ou de outro por todos os desvãos da cidade e preenche o tempo ampliado das horas de lazer. Ele é ubíquo na fisicalidade concreta das atitudes e expressões que difunde e onímodo na variedade abstrata dos estados emotivos que desperta e alimenta. A cidade dissipada no caos de um crescimento tumultuoso encontra nele a enfiatura de correntes que organizam pela exaltação. Essas correntes conjugam focos de alinhamentos coletivos que se sustentam pela adesão voluntária e a comutação do entusiasmo em doses cotidianas. A cidade não assiste ao esporte como um episódio isolado e externo: ela lhe dá vida, corpo e voz – ela não o vê de fora, ela se vê nele.

Não se discute, também, a importância do Pacaembu dentro da prática do futebol. O uso do estádio como tal é algo que deveria ser mantido? Incentivado? Como a materialidade e o espaço, suas entradas, arquibancadas, capacidade, existentes ou propostas se relacionam com essa prática? E qual o papel do futebol ou do esporte com o patrimônio cultural da cidade ou do estado? São perguntas que o alargamento legal do conceito de patrimônio poderia permitir e que se fazem

timidamente presentes nas resoluções de tombamento, mas que não foram abordadas nesse processo de concessão e de intervenções.

Ao abrir a discussão da historicidade e do contexto social em que se produzem as escolhas e defesas, algo ignorado pelo debate dos órgãos de preservação e do projeto de intervenção no complexo, é possível compreender melhor a ênfase no uso e no aspecto público em críticas à concessão, que retomam a relevância atual do conjunto e das relações sociais estabelecidas em torno dele (SANTOS, 2006, 2018; OKSMAN, 2017). Ainda, também se permite pensar as implicações do apagamento de uma perspectiva etnográfica de abordagem do lugar, reiterando uma determinada monumentalidade e negando a relevância das práticas culturais que envolvem o Estádio. Assim, não deixa de ser compreensível a narrativa produzida dentro da perspectiva estética/arquitetônica reforçada ao longo do processo de apresentação de diretrizes para intervenção no estádio.

Finalmente, pensando na *patrimonialização* como um processo social constante e realizado de diversas formas, o fortalecimento de propostas de construção de espaços que envolvem a diminuição de lugares e a formação de um torcedor-consumidor, centrais para a construção de um modelo de estádio disputado atualmente, são parte desse processo de modificação de uma leitura do passado, reinterpretando sua materialidade e permitindo – ainda que de forma tensa – que executassem projetos políticos daquele presente.

*Recebido em 6 de maio de 2019.*

*Aprovado em 22 de fevereiro de 2020.*

## Referências

A TRIBUNA. No Pacaembu, Santos arrecada quase o dobro do que em jogos na Vila Belmiro. Santos, 05 de março de 2018. Disponível em: <http://www.tribuna.com.br/noticias/noticias-detalle/santos-fc/no-pacaembu-santos-arrecada-quase-o-dobro-do-que-em-jogos-na-vila-belmiro/?cHash=aceefb7b28aa97df1dab4af5f70e6eb6>

ARANTES, Antonio Augusto. “O patrimônio cultural e seus usos nas cidades contemporâneas”. In: MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos et alli (orgs.). *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2006. pp. 54-58.

ATIQUE, Fernando; SOUSA, Diógenes; GESSI, Hennan. Uma relação concreta: A prática do futebol em São Paulo e os Estádios do Parque Antarctica e do Pacaembu. *Anais do Museu Paulista*, 23 (1): 91-109, 2015.

BATISTA, Liz. Era uma vez em SP... Concha Acústica do Pacaembu. *Estado de São Paulo*. São Paulo, 26 de junho de 2015. Disponível em: <http://acervo.estado.com.br/noticias/acervo,era-uma-vez-em-sponcha-acustica-do-pacaembu,11200,o.htm>.

BOCCHI, Gabriel Moreira Monteiro. *Do estádio do Pacaembu para a Arena Corinthians: etnografia de um processo de 'atualização'*. Dissertação, Antropologia Social, USP, 2016.

BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. São Paulo: Ateliê, 2004.

BUCHLI, Victor. *An anthropology of architecture*. Londres: Blomsbury Academic, 2013.

CARA, Tiago. Fim do Tobogã, cobertura e até hotel e surfe: o que empresas interessadas pensam para o Pacaembu. *ESPN*. 11 de agosto de 2017. Disponível em: <[http://www.espn.com.br/noticia/717774\\_fim-do-toboga-cobertura-e-ate-hotel-e-surfe-o-que-empresas-interessadas-pensam-para-o-pacaembu](http://www.espn.com.br/noticia/717774_fim-do-toboga-cobertura-e-ate-hotel-e-surfe-o-que-empresas-interessadas-pensam-para-o-pacaembu)>.

CARBONARA, Giovanni. Brandi e a restauração arquitetônica hoje. *Desígnio*, 6: 35-47, 2006.

CARSALADE, F. L. “Bem”. In: RESENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (orgs.). *Dicionário IPHAN do Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2015. pp. 1-34.

CHOAY, Françoise. *O Patrimônio em questão*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. pp. 9-43.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Iphan: antecedentes, realizações e desafios. *Revista do Patrimônio (IPHAN/MinC)*, 35: 157-171, 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005, 295 p.

GIOVANNONI, Gustavo. O “Desbastamento” de Construções nos Velhos Centros. O Bairro do Renascimento em Roma. In: KÜHL, Beatriz Mugayar (org). *Gustavo Giovannoni. Textos escolhidos*. Cotia: Ateliê editorial, 2013. pp.137-177.

GLOBO ESPORTE. Após grande público no Pacaembu, Santos fará rodízio com a Vila Belmiro. Santos, 24 de julho de 2017. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/sp/santos-e-regiao/futebol/times/santos/noticia/apos-grande-publico-no-pacaembu-santos-fara-rodizio-com-a-vila-belmiro.ghtml>.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Ascensión. La búsqueda (imposible) del tiempo perdido. Reflexiones en torno a la 'reconstrucción idéntica' definida por Paul Philippot". *Revista de Conservación*, 1: 95-116, 2015.

HOBSBAWN, Eric. “A produção em massa das tradições: Europa, 1879-1914”. In: \_\_\_\_\_; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KÜHL, Beatriz. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. *Revista CPC*, 1: 16-40, 2006.

KÜHL, Beatriz. Notas sobre a Carta de Veneza. *Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material*, 18 (2): 287-320, 2010.

LEITE, Fábio. Projeto de Raí é o único aprovado para a concessão do Pacaembu. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 09 de março de 2018. Disponível em:

<https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,projeto-de-rai-e-o-unico-aprovado-para-a-concessao-do-pacaembu,70002219880>.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. 2. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

LOPES JÚNIOR, Moacyr. [Sem título]. 12 set. 2016. 1 fotografia, color., JPEG, 620x390pixels. Disponível em: <https://f.i.uol.com.br/folha/cotidiano/imagens/17215407.jpeg>;

LUPO, Bianca. Estádio do Pacaembu: do palco de emoções ao gigante sem dono. *Revista CPC*, 24: 107-133, 2017.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. A Inspetoria de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional e a proteção de monumentos em Ouro Preto (1934-1937). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 25 (3): 233-290, 2017.

MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. *Revista Estudos Históricos*, 29 (57): 9-28, 2016.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Repovoar o patrimônio ambiental urbano. *Revista do Patrimônio* (IPHAN/MinC), 36: 39-53, 2017.

MOTTA, Lia. *Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural, 1975 a 1990*. Dissertação (Mestrado), UniRio, 2000.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Blocos de Memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural*. São Paulo: UdUSP/Fapesp, 2016.

OKSMAN, Silvio. O que será do Estádio do Pacaembu? *Minha Cidade*, 17 (203.02), 2017. Disponível em: <http://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/17.203/6567>.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. *Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2011.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. O Estádio do Pacaembu é do povo, como o céu é do avião.... *Minha Cidade*, 6 (69.01), 2006. Disponível em: <http://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/06.069/1950>.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. O Estádio do Pacaembu não é do povo? Mais um ataque ao caráter público do complexo poliesportivo. *Minha Cidade*, 18 (210.07), 2018. Disponível em: <http://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/18.210/6857>.

SÃO PAULO (Cidade). Concorrência internacional nº 01/SEME/2018. Concessão dos serviços de modernização, gestão, operação e manutenção do complexo do Pacaembu. Processo n.º 6071.2018/0000124-3.

SÃO PAULO (Cidade). Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo. Resolução nº 4/88. Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho.

SÃO PAULO (Cidade). Lei Municipal nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985. Dispõe sobre a criação de um Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo.

SÃO PAULO (Cidade). Lei Municipal nº 10.236, de 16 de dezembro de 1986. Altera dispositivos da Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP.

SÃO PAULO (Cidade). Lei Municipal nº 14.406/2007. Institui o Programa Permanente de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial do município de São Paulo.

SÃO PAULO (Cidade). Lei Municipal nº 8.204 de 21 de janeiro de 1975. Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Cultura.

SÃO PAULO (Cidade). Lei Municipal nº 8.252, de 20 de maio de 1975. Dispõe sobre a criação do Departamento de Informação e Documentação Artística.

SÃO PAULO (Cidade). Ofício nº 0063-R/CONPRESP/2016 no Processo Administrativo 2017-0.119.420-8.

SÃO PAULO (Estado). Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. Resolução de Tombamento n. 5/98. Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho. São Paulo: 21 jan. 1998.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. Nova York: Routledge, 2006.

TAMASO, Isabela. Quando o campo são os patrimônios: conhecimento e práticas científicas na esfera pública. *Revista de Antropologia*, 61 (1): 60-70, 2018.

TOURINHO, Andreia; RODRIGUES, Marly. Patrimônio ambiental urbano: uma retomada. *Revista CPC*, 22: 70-91, 2016.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, 12 (1): 237-248, 2006.